



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

Em _____ de 19____
Tribunado no Estado da Justiça

RESOLUÇÃO Nº 20/92

Publicado no Diário da Justiça

Em 28 de 11 de 1993

SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

MODIFICA DISPOSITIVOS DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, E DA RESOLUÇÃO Nº 14/92 (REGIMENTO INTERNO D A COPEPE).

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, com base nas atribuições que lhe confere o Regimento Interno c/c o § 2º, do art. 7º, da Lei nº 5.634, de 15 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - O § 5º, do art. 2º, do Regulamento Administrativo, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - Omissis.

§ 1º - Omissis.

§ 2º - Omissis.

§ 3º - Omissis.

§ 4º - Omissis.

§ 5º - Diretamente vinculada à Presidência, funcionará a Comissão Permanente de Pessoal (COPEPE), composta por três Desembargadores, como titulares, e três suplentes, que reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, a quem compete apreciar os requerimentos que digam respeito ao disposto nos incisos I a IX, do art. 11; arts. 180 a 188; e opinar sobre a conveniência da concessão das vantagens previstas nos incisos I a V, e VII a IX, do art. 53; e §§ 5º, do art. 67, e 2º, do art. 83; bem como os requerimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal instituído pela Lei nº 5.573/92,



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

que tratem de matéria correlata".

Art. 2º - O art. 54, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 54 - Ao servidor investido em cargo em comissão é devida uma gratificação, definida em resolução do Tribunal de Justiça".

Art. 3º - O art. 63, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 63 - O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvida necessariamente a Comissão Permanente de Pessoal, poderá conceder gratificação pelo desempenho de atividade judiciária, definidos os critérios e percentuais em resolução do Tribunal de Justiça".

Art. 4º - O art. 66, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 66 - A representação, definida em resolução do Tribunal de Justiça, é atributo exclusivo de cargo em comissão, presta-se ao preenchimento de condições sociais inerentes às atribuições do cargo, e não é incorporável ao vencimento ou aos proventos, a qualquer título".

Art. 5º - O art. 117, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 117 - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão".

Art. 6º - O art. 1º, da Resolução nº 14/92,



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - À Comissão Permanente de Pessoal, criada pela Lei nº 5.634/92, e que reger-se-á pelo presente Regulamento, incumbe apreciar os requerimentos que digam respeito ao disposto nos incisos I a IX, do art. 11 e arts. 180 a 188; e opinar sobre a conveniência da concessão das vantagens previstas nos incisos I a V, e VII a IX, do art. 53; e §§ 5º, do art. 67, e 2º, do art. 83; bem como os requerimentos dos integrantes do quadro de pessoal instituído pela Lei nº 5.573/92, que tratem de matéria correlata".

Art. 7º - O art. 221, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 221 - Até que seja aprovado o quadro de pessoal do Foro Judicial, os servidores à disposição das Diretorias dos Foros e dos Juizados da Infância e da Juventude, bem como da Justiça Militar, poderão perceber, pelo exercício de suas atribuições em regime de tempo integral, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal, a gratificação de atividade judiciária".

Art. 8º - O caput do art. 217, do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 217 - O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal, procederá à requisição de servidores de outros órgãos e instituições para prestação de serviços ao Poder Judiciário, desde que estáveis, e constatada a extrema necessidade do serviço e a falta de pessoal espe -



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

cializado".

Parágrafo Único - Omissis.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO ,
em João Pessoa, em 23 de novembro de 1992.


DES. EVANDRO DE SOUZA NEVES
Presidente